

REFLEXÕES SOBRE A APLICABILIDADE DA GESTÃO DE RISCOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

MICHELI MARTINS AFONSO¹; KAREN VELLEDA CALDAS²; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – mimafons@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – caldaskaren@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – julianeserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto reflete um fragmento da pesquisa de tese de doutorado que está sendo realizado junto ao programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPEL). Parte da pesquisa foi realizada na Universidad de Sevilla (Sevilha/ES), graças ao financiamento da CAPES, a partir de edital de doutorado Sanduíche.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2007) insere as práticas conservativas como parte das premissas indispensáveis para que uma instituição seja definida como museu, ou seja, necessita assumir uma postura preservacionista para que cumpra com a sua missão institucional. Não obstante, grande parte dos museus brasileiros trabalha diariamente com recursos mínimos, inviabilizando soluções “adequadas¹” de conservação preventiva e gerenciamento de riscos. O déficit em recursos técnicos, humanos e financeiros geralmente é apontado como causa para as lacunas, no que concerne a conservação. As instituições museológicas avançam em direção a uma postura teórico/científica interdisciplinar, transformando o museu em um espaço de pesquisa, ciência, arte e patrimônio, mas que a ainda caminham a passos curtos em direção a uma conservação prática e efetiva.

A pergunta inicial da pesquisa que se apresenta partia do ponto de vista de museus localizados em áreas remotas, os quais não aplicam corretamente práticas conservativas e sucumbem em situações de emergência devido a sua localização, geralmente situados em locais distantes dos grandes centros e dos pontos estratégicos dos agentes de preservação institucionalizados para o socorro adequado.

Mesmo que a problemática mereça atenção, em observação inicial do cenário museal brasileiro e espanhol, verificou-se que o problema da falha da aplicabilidade da gestão de riscos para o patrimônio cultural vai além dos museus localizados em áreas remotas, tendo em conta que existem no Brasil e no exterior inúmeras instituições situadas em grandes capitais, que também não faziam/fazem uso desta metodologia. Neste ponto a pesquisa começou a tomar novos rumos, haja vista que não ressolveria tentar discutir a situação dos museus de áreas remotas sem antes saber onde, afinal, esta metodologia é aplicada e praticada de maneira eficiente.

¹ A referência nacional que se tem para gerenciamento de riscos consiste em duas publicações do Instituto Brasileiro de Museus: Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM, 2013a) e Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro (IBRAM, 2013b). A primeira publicação indica métodos de detectar e bloquear agentes de riscos a partir da instalação de “detectores de calor e fumaça”, “sensores de movimento ou intrusão”, “climatização de reservas técnicas e salas de exposição”, dentre outros métodos mecânicos, pouco viáveis para a maioria das instituições localizadas em áreas remotas.

Contatos preliminares com fontes primárias ligadas ao Instituto Brasileiro de Museus, indicam que existe uma política institucional que incentiva a criação e a implementação de planos de gestão de riscos no Brasil. Algumas instituições já possuem planejamentos prévios de gestão de riscos, outras estão em processo de elaboração, mas a aplicação prática da metodologia na rotina museal ainda está em fase de implementação. Na Espanha, país no qual foi realizada parte da pesquisa da tese, a realidade não é muito diferente.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada é baseada em uma revisão bibliográfica sobre o tema gestão de riscos para o patrimônio cultural, buscando entender quais são os teóricos mais expressivos e utilizados pelas instituições museais de Brasil e Espanha. A utilização de jornais, artigos e publicações em sítios web, foram uma importante ferramenta para buscar instituições que tenham passado por sinistros e averiguar a repercussão destes incidentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados foram obtidos a partir de entrevistas exploratórias que foram realizadas durante programa de doutorado sanduíche na Espanha e com profissionais que trabalham em museus brasileiros. Os primeiros dados, que foram importantes para a criação das hipóteses da pesquisa, indicam não haver nestes países museus que trabalhem com sistemas ativos de gestão de riscos, ou seja, a metodologia existe, mas não é praticada. A realização de visitas e observações em instituições de guarda espanholas e brasileiras também retrata esta realidade. Conversas informais foram realizadas com servidores e funcionários de diversas instituições museais, que comprovaram a inexistência ou a falta de conhecimento sobre o tema gestão de riscos.

A evidência da ausência dessas metodologias é demonstrada em casos de sinistros que envolvem o patrimônio cultural. Em setembro de 2018 o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi afetado por um incêndio de grandes proporções iniciado a partir de um curto em um ar condicionado. Com o incidente o museu teve todo o seu acervo orgânico destruído e a maior parte da sua coleção afetada irreversivelmente. Algumas reflexões surgiram com este evento, já que o museu foi atingido por um fator de degradação, o fogo, considerado raro de acordo com a metodologia de gestão de riscos (ICCROM, 2016). Um ponto pertinente nesta questão corresponde ao fato de que em maior ou menor escala o patrimônio cultural legitimado socialmente possui sistemas de proteção que variam de acordo com o grau de valoração do acervo, tipo de instituição, tutela, etc. Além disso, existem as políticas públicas de proteção dos bens culturais que estão centradas na materialidade ou imaterialidade do patrimônio cultural. Outro caso emblemático envolvendo uma instituição museal brasileira foi o tornado que a tingiu o Museu das Missões/IBRAM, em 2016. O evento danificou severamente parte da imaginária sacra que o museu preserva, além de destruir parte das instalações da instituição museal.

Las emergencias, caracterizadas por ser imprevisibles, siempre han ocurrido y seguirán ocurriendo. Pueden tratarse de goteras inesperadas en las cubiertas del edificio, [...] de una chispa eléctrica que salta durante el montaje de una exposición, de catástrofes naturales o [...] el

incendio incontrolable, que no sólo pone en peligro la vida de las personas, sino que además destruye todo a su paso. De ahí la necesidad innegable de estar preparados para lo que venga, porque no es cierto que todo esté perdido de antemano. (AZCUTIA et al, 2008, p.7).

Nos casos do Museu das Missões² e do Museu Nacional³ do Rio de Janeiro, ambos foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), em 1938, entretanto, esta proteção legal não impediu as perdas.

Constata-se que, lamentavelmente, ainda que haja políticas de preservação vigentes, casos como esse recente incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro ainda são comuns, fator que denota uma lacuna na preservação das instituições museais brasileiras e do patrimônio cultural mundial como um todo. O incêndio na Catedral de Notre-Dame, em Paris, deixou esta questão evidente, indicando não ser, este problema, uma característica vinculada apenas ao cenário museal brasileiro.

Os resultados preliminares indicam que a metodologia de gestão de riscos não é aplicada de maneira correta e, quando elaborada, não é praticada. A gestão de riscos é uma metodologia científica interdisciplinar criada para contribuir positiva e significativamente com a política de preservação em instituições museais, a partir de uma análise global e específica do museu, seu acervo e entorno. Nesse processo há uma qualificação e quantificação dos potenciais riscos ou fragilidades que ameaçam a instituição de guarda.

4. CONCLUSÕES

O ineditismo do trabalho consiste na apresentação de dados científicos que confrontam a teoria, ensinada na academia e nos manuais tradicionais de conservação e restauração, com as ações de conservação praticadas institucionalmente. As razões para as falhas na efetivação de ações conservativas são sempre apontadas empiricamente; museus devem cumprir exigências básicas de conservação, mas seguem sucumbindo ao fogo e apresentando acervos cada vez mais deteriorados ou perdidos. Essa discussão é premente, mas necessita de dados sólidos para evidenciar quais são os reais entraves que não permitem que as práticas consolidadas no campo da preservação sejam aplicadas de maneira satisfatória.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZCUTIA, Marta H.; CÁMARA, Encarna H.; GRUSS, Carmen R.; YANGUAS, Marina M.; WORMS, Bárbara C.; JUÁREZ, Joaquim.; et al. **GPPCE. Guia para um plan de protección de colecciones ante emergências.** Ministerio de Cultura. España: Museos Estatales, 2008.

² Tombado no Livro de Belas Artes (Nº inscr.: 063 ;Vol. 1 ;F. 012 ;Data: 16/05/1938) os Remanescentes do Povo e Ruínas da Igreja de São Miguel, inclusive a área da antiga praça fronteira, e a edificação do Museu das Missões. IPHAN. Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo Histórico (1938 – 2012). Rio de Janeiro, 2013 (p.133).

³ Tombamento no Livro Histórico (Nº inscr.: 051 ;Vol. 1 ;F. 010 ;Data: 11/05/1938) e no Livro de Belas Artes (Nº inscr.: 023 ;Vol. 1 ;F. 005 ;Data: 11/05/1938) o edifício do Museu Nacional, inclusive a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas. IPHAN. Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo Histórico (1938 – 2012). Rio de Janeiro, 2013 (p.113).

ICCROM - CCI. **Guía de Gestión de Riesgos para el Patrimonio Museológico.**
Traducido por Ibermuseus. 2016. Disponível em:<
<http://www.iccrom.org/publication/guide-risk-management-english-version>>. Acesso em: 05 fev 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **ICOM statutes.** Vienna, 2007.
Disponível em:
<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_eng.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.